

Identidade e representação indígena em periódicos brasileiros de História (2017-2022)

Indigenous Identity and Representation in Brazilian History Journals (2017–2022)

Itamar Freitas¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão da literatura publicada em periódicos brasileiros de História, entre 2017 e 2022, sobre identidades e representações indígenas. A partir da análise de 62 textos extraídos de 213 revistas, foram identificadas três grandes abordagens: a historiografia indígena, as representações de e sobre indígenas e o ensino de história indígena. A maioria dos trabalhos foi produzida por autores não indígenas, com formação em História, e em menor escala por especialistas de outras áreas ou indígenas. Notou-se uma tendência à denúncia da invisibilidade ou distorção das identidades indígenas, bem como à valorização do protagonismo dos povos originários na construção de suas próprias narrativas. As representações veiculadas por viajantes, autores de livros didáticos, imprensa e artistas revelam contradições e estereótipos recorrentes, como a figura do indígena genérico, passivo ou romântico. As categorias analíticas mais utilizadas incluem “etnogênese”, “ressurgência”, “colonialidade” e “representação”. Apesar dos avanços, foram observadas fragilidades epistemológicas, como o uso impreciso de conceitos e a falta de clareza na delimitação dos objetos de estudo. A pesquisa contribui, portanto, para orientar novos trabalhos no campo da História e da Educação, além de indicar caminhos para a superação de vícios conceituais e metodológicos na produção acadêmica sobre os povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas. Identidades. Representações. Historiografia. Ensino de História.

ABSTRACT: This article presents a literature review of works published in Brazilian history journals between 2017 and 2022 on indigenous identities and representations. Based on an analysis of 62 texts drawn from 213 journals, three main approaches were identified: indigenous historiography, representations of and by indigenous peoples, and the teaching of indigenous history. Most of the works were authored by non-indigenous scholars trained in History, with fewer contributions from other fields or indigenous authors themselves. A notable trend is the denunciation of the invisibility or distortion of indigenous identities, alongside the valorization of indigenous agency in the construction of their own narratives. Representations conveyed by travelers, textbook authors, the press, and artists reveal recurring contradictions and stereotypes, such as the generic, passive, or romanticized indigenous figure. The most commonly used analytical categories include "ethnogenesis," "resurgence," "coloniality," and "representation." Despite recent

¹ É professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História (UFS). Possui licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS-1996), especialização em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP-1997), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000), doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP-2006), doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-2019) E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com

advances, epistemological weaknesses were identified, including the imprecise use of concepts and lack of clarity in defining research objects. This study contributes to guiding future research in the fields of History and Education, while also pointing to ways of overcoming conceptual and methodological shortcomings in academic production on indigenous peoples.

KEYWORDS: Indigenous peoples. Identities. Representations. Historiography. History Education.

INTRODUÇÃO

Embora sejam preocupações antigas entre profissionais de História, os trabalhos sobre temas relativos à experiência indígena ganharam mais amplitude e volume após a emergência da Lei nº 11.645 (10/03 2008) que tornou “obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio”, no Brasil. Isso afirmo, independentemente da renovação da historiografia sobre povos indígenas, capitaneada, por autores como Manuela Carneiro Cunha e John Monteiro. Como professor formador de professores de História, que se atualiza obrigatória e constantemente sobre o conhecimento com o qual trabalha, ocupo-me do estado da arte sobre o assunto para orientar profissionais E futuros profissionais que atuam em mestrados profissionais e acadêmicos dedicados ao Ensino de História e Estudos sobre Povos Indígenas.

Neste texto, revisamos a literatura sobre a experiência indígena em seus mais distintos objetos, ou seja, em vazada em tempos, espaços e circunstâncias várias, produzida no período 2027-2022. A meta é responder às questões clássicas do gênero artigo de revisão em termos de: situações comunicativas geraram textos sobre a experiência indígena; autoria dos escritos sobre temas/problemas relativos à experiência indígena; temas/problemas sobre experiência indígena; categorias e conceitos históricos empregados na interpretação; fontes e uso de fontes privilegiados; e, por fim, os proveitos que tal revisão oferece para a construção dos nossos objetos de pesquisa.

A investigação foi realizada entre junho e outubro de 2022. Neste período, consultamos sumários de 213 revistas brasileiras de história revisadas por pares e disponíveis em suporte digital. Escolhemos as revistas porque esse veículo de divulgação acadêmica não foi contemplado nos dois últimos dois levantamentos e por nenhuma outra iniciativa, dentro ou fora dos domínios históricos (considerando o corpus utilizado neste trabalho). Levando em conta a natureza dos produtores (profissionais, inclusive, de domínios históricos pouco contemplados por historiadores de

formação), bem como a capilaridade do suporte (presente em instituições públicas e privadas de quase todos os estados do Brasil), privilegiamos o material publicado em revista acadêmica. As opções mais viáveis, por exemplo, são os inventários e/ou revisões realizadas sobre teses e dissertações defendidas, livros e/ou capítulos de livro publicados (ALMEIDA, 2017). Quem mais se aproximou da iniciativa aqui proposta, inventariou os dossiês de artigos publicados sobre história indígena, entre 1989 e 1918. (CAVALCANTE, 2019, p.31-33).

Durante o levantamento e para a seleção dos textos passíveis de análise, privilegiamos os filtros “indígena”, “índio” e “indigenismo” e seus termos lematizados “indígenas”, “índia”, “índios”, “indigenistas”. Também priorizamos os etnônimos (a exemplo de kiriri, Xocó) e os fenômenos de “etnocídio”, “epistemicídio”, “genocídio” e “etnogênese” e “ressurgência” destacados como título ou subtítulo de texto.

Os resultados da análise do material colhido a partir desses critérios são comunicados em três tópicos. No primeiro, apresentamos uma visão geral do material consultado, em seus aspectos de gênero textual, natureza da autoria, abrangência espacial da matéria e tipificação ontológica da experiência indígena, segundo demarcadores sintáticos explicitados nas orações que constituem títulos e subtítulos dos trabalhos inventariados. No segundo, discutimos as questões e teses apresentadas nos artigos. No terceiro, dissertamos sobre os meios epistêmicos empregados pelos pesquisadores. Nas considerações finais, avaliamos a produção no que diz respeito às lacunas e tendências que podem facilitar ou estimular a construção de novas pesquisas sobre a historicidade da experiência indígena.

1. A LITERATURA SOBRE A EXPERIÊNCIA INDÍGENA

A maioria dos textos divulgados em revistas de História é classificável como artigo científico publicado por livre demanda, quando comparados aos artigos que constituem dossiês. Reduzidas são as referências aos indígenas em textos diretamente constituídos como editorial ou apresentação para comunicar o conteúdo de um dossiê, ou como resenha, para comunicar o valor de um livro ou conjunto de livros. Ainda mais residuais são os gêneros entrevista, com indígenas e não indígenas, assim como as edições de fontes sobre a matéria.

De modo geral, nos deparamos com uma bibliografia caracteristicamente produzida por não indígenas, brasileiros, profissionais da história (graduação e/ou pós-graduação), com casos

raros de autores provenientes dos domínios da Antropologia, Sociologia e Arqueologia e Educação. Destacamos que os textos produzidos por indígenas não chegam a uma dezena.

Os artigos focam a experiência indígena em bolsões de municípios situados esparsamente nas regiões Norte e Centro-oeste e nas faixas mais próximas ao litoral entre São Paulo e Rio Grande do Sul e entre a Bahia e o Ceará. São residuais os textos que tratam da matéria sobre indígenas em regiões fronteiriças, como Brasil e Venezuela, Brasil e Paraguai ou insulares, como ocorre com os trabalhos sobre o México e o Peru.

A maior parte da matéria, obviamente, explora permanência e mudança mediante três classes subsumidas e interagentes aqui designadas por (1) “história e/ou historiografia sobre indígenas”, da qual são exemplos: “História dos índios da Bahia no Período Imperial: impactos e experiência histórica” (REGO, 2018) e “Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação” (DANTAS, 2017); (2) “representações históricas sobre indígenas” – “O indígena pelo olhar de Gonçalves Dias: uma representação multifacetada nas obras ‘Primeiros Cantos’ e ‘Segundos Cantos’ ” (MELO; SANTOS, 2021); e (3) “ensino de história indígena para não indígenas” – “O ensino da temática indígena nas escolas da rede pública de Ponta Porã” (MACENA; LANDA, 2019).

Por prática de ofício, principalmente, a maioria dos trabalhos privilegia o exame da historicidade de indivíduos, grupos, instituições e fenômenos em escala secular ou situada em séculos anteriores ao XX e ao XXI. Digo “privilegia” por que sabemos que a historicidade e a espacialidade são condições inerentes ao objeto da pesquisa histórica (pensada em parâmetros modernos).² A distinção entre “história e/ou historiografia”, “representações históricas” e “ensino de história”, portanto, é operada a partir de outros marcadores, a exemplo do autorreconhecimento e do reconhecimento dos pares, ou seja, a autodesignação autoral do texto (“História de...”, “Histórico...” etc.) e/ou da aceitação do texto como “de história”, efetuado via inclusão do trabalho em dossiê de “História de...”. Apresento essa classificação como forma possível de enriquecimento

² No âmbito desta revisão, considerem esses três exemplos que tratam de arte indígena: (1) “Costumes e identidades: estudos sobre os grafismos corporais Jiripankó”; (2) “Artefatos indígenas como fonte visual para o desenvolvimento dos estudos de figurino do bailado Jurupary (1934)”; e (3) “A ‘breve história da arte’ e a arte indígena: a gênese de uma noção e sua problemática hoje”. O primeiro, nada refere sobre mudança no tempo. Os dois seguintes anunciam tratar de passado e/ou mudança no tempo, mas apenas o segundo se autoidentifica como história. A inclusão como “de história” pode também se dar pelo reconhecimento do texto (como “de História”) pelos organizadores de um eventual dossiê ao qual o artigo foi submetido.”

e sofisticação da entrega do inventário, já que nem todos os analistas da experiência indígena no tempo tiveram (ou têm) a intenção de fazer “história e/ou historiografia indígena”.³

As três classes referidas (“Histórias...”, “Representações...” e “Ensino...”) são relacionáveis entre si (repetimos) e intercambiáveis com várias outras classes quantitativamente inferiores em número de textos. Aqui, podemos diferenciá-las, inicialmente pela posição que o termo “indígena” (ou o seu lema ou o etnônimo etc.) ocupa na oração que expressa o título e/ou o subtítulo. O étimo pode aparecer como o ser que predominantemente sofre a ação (objeto direto), dando origem às classes: (4) “Estado e indígenas” – com explícitas referências ao “indigenismo”, “política indigenista”, “integração indígena” e “direito e indígenas”; (5) “Igreja e indígenas” – “jesuítas e indígena”, “catequese/cristianização dos indígenas”; (6) “terra indígena”; e (7) “trabalho (em geral, compulsório) indígena”.

O étimo “indígena” também pode figurar como ser que pratica a ação, dando origem às classes: (8) “protagonismo indígena” – inclusa a frequente expressão de “resistência indígena”; (9) “educação indígena”; (10) “saúde indígena”; (11) “identidade indígena”; (12) “representações de indígenas sobre não indígenas”; (13) “mulheres indígenas”; e as minoritárias classes de (14) “arte indígena”, (15) “representações de indígenas sobre não indígenas”, (16) conhecimento indígena, (17) “mobilização indígena” e (18) “cidadania indígena”.⁴

Além de subsumidas (como “representações de não indígenas sobre indígenas, que pode figurar no interior de “identidades indígena”) e intercambiáveis entre si (“mulheres indígenas” e “protagonismo indígena”), essas classes são replicáveis. Educação indígena, por exemplo – que aparece como protagonizada por indígenas, pode ser uma classe minoritária na qual os indígenas figuram como objeto direto. História indígena, da mesma forma, pode dar origem a uma classe intitulada “história indígena produzida por indígenas” e assim por diante.

Considerando as demandas indicadas na introdução deste artigo, selecionei trabalhos que privilegiam questões de ontologia indígena, o que significa dizer que exploramos prioritariamente

³ Com esse esclarecimento, espero que compreendam as limitações dessa classificação. Desprezando a sutileza desse critério, a maioria dos textos inventariados pode ser considerada “história indígena”, o que prejudica a economia dos usos dos textos e, conseqüentemente, a eficiência e a eficácia dos trabalhos particulares de revisão da literatura.

⁴ Além de subsumidas e intercambiáveis entre si, essas classes são replicáveis. Educação indígena, por exemplo, que aparece como protagonizada por indígenas, pode ser uma classe minoritária na qual os indígenas figuram como objeto direto. História indígena, da mesma forma, pode dar origem a uma classe intitulada “história indígena produzida por indígenas” e assim por diante.

as classes “identidade indígena”, “representações de indígenas sobre não indígenas”, “conhecimento indígena” e “processos de etnogênese”.

2. AS QUESTÕES E RESPOSTAS PRIORITÁRIAS SOBRE A ONTOLOGIA INDÍGENA

O tema do “ser índio” é quantitativamente diminuto no bojo das centenas de artigos inventariados. Ocorre que o “ser índio” é tema/problema básico para qualquer iniciativa de intervenção social no âmbito do ensino ou da mobilização dos não indígenas em torno das causas dos indígenas e, principalmente, dos indígenas sobre suas próprias demandas. Dizer que alguém é, no final das contas, é (em acepção weberiana) fazer política, ou seja, é fazer valer a sua vontade sobre a de outrem. Isso implica compreender que o estudo sobre o “ser indígena” condiciona-se ao esclarecimento da teoria identitária em jogo que (como qualquer teoria, assim compreendo), está nucleada em três elementos: (1) quem diz que ele é; (2) com qual finalidade diz que ele é; e (3) com quais ferramentas diz o que ele é (categorias e taxonomias).

2.1. Identidades

O corpus que viabiliza as respostas acima é formado por artigos que deliberadamente discutem “identidades” indígenas e “representações” de e sobre indígenas. O primeiro grupo (identidades) é menos numeroso. Em seus 20 trabalhos, predominam os historiadores (60%), seguidos por advogado, antropólogo, autor de livro didático e cientista social, cientista da religião, linguista e pedagogo.

O que esses sujeitos querem, dominantemente, é denunciar o apagamento e/ou a invisibilidade, a negação da identidade indígena e a disseminação de imagens imprecisas, como a ideia de indígena genérico. Eles também querem defender a existência dos indígenas e dos seus direitos na contemporaneidade e narrar a construção de identidades indígenas.

Apesar de os veiculadores dessas demandas serem dominantemente historiadores, a prescrição das identidades indígenas fica sob a guarda de cientistas sociais (sobretudo antropólogos), autores de livros didáticos e de agentes do Estado. São eles que, direta ou

indiretamente, fornecem as categorias que medeiam processos e coisas designadores de identidade. A ação desses sujeitos, conformada, por exemplo, em categorias extraídas dos Estudos Culturais (S. Hall), aparece na denúncia da “unificação da índia e do índio em um único povo indígena” no livro didático (SANTOS, 2019, p.462), na descrição do sentimento partilhado por estudantes universitários indígenas, mediante a denúncia de preconceitos, protestos e reivindicações de direitos por (NOGUEIRA; ZOLIN-VESZ, 2021).

Com formação mais recente, as categorias “ressurgimento” (MESCAL, 2019) e etnogênese (em formulações de J. P. de Oliveira e de J. Monteiro) são os meios que explicam o “surgimento de novas identidades e a reinvenção de étnicas já existentes”, dos Tupi e Tupi Guarani, em São Paulo, nos séculos XX e XXI (BERPATELI, 2017). São também as categorias concorrentes à já clássica etnogênese: a “etnoentropia” – “perda de energia [...] até desvanecer e aniquilar, dissolvida em outras” – e “Urbanoclastia” – onde a “identidade civil se quebra em fragmentos e desaparece, engolida pelo entorno natural e humano: a perda da História, em suma”, aplicada aos Barbados do Maranhão (MOREIRA, 2021, p.16).

Cientistas sociais e especialistas em Estudos Culturais também oferecem as categorias de “fronteira” (RADDING; LEVIN, sd.) para abordar relações entre portugueses, caboclos e Botocudos, em Minas Gerais (MATOS, 2018), “hibridismo cultural”, experimentado entre os Xucuri-Karriri, de Alagoas (GUEIROS; PEIXOTO, 2017) e entre os Pankararu, de Pernambuco, e os católicos do mesmo estado (crença em Deus e nos Encantados etc.) e de “grupo étnico” (F. Barth para destacar processos de fabricação e refabricação de individualidades indígenas (DOMINGUES, 2017, p.249).

Menos empregados, por fim, são as categorias “interculturalidade” (MATOS, 2018) para denunciar a “racialização” e a “subalternização” de grupos e incluir indígenas, africanos e afrodescendentes na “história das fortalezas”, de parentesco, para identificar as fronteiras culturais Kaingang com os não índios, no Rio Grande do Sul (PEREIRA; SILVA, 2020, p.147) e os antiprocessos de “etnocídio” e “epistemicídio” para denunciar ideia de que o Nheengatu foi extinto e, conseqüentemente, revelar o projeto de criação de uma “unidade identitária” com base no Tupi, na colônia e no império, reiterada na literatura de ficção no século XIX. (ALMEIDA, 2022, p.589).

Os segundos prescritores de identidade, denunciados pelos autores deste corpus são os diversos agentes do Estado (e da Igreja), responsáveis pela produção e aplicação das políticas públicas voltadas para os indígenas, sobretudo entre os séculos XVIII e XX.

Eles agem, principalmente, mediante a aplicação da legislação sobre a terra. Com a ajuda de intelectuais por exemplo, o Estado transforma os indígenas em caboclos, em Pernambuco, no século XIX. (DOS SANTOS JÚNIOR, 2017). No Peru, o Estado emprega a legislação criminal (de mentalidade positivista) e as relações de poder local para classificar indígenas entre selvagem, semicivilizado, desintegrado e índio. (DAVID, 2017). A Igreja, no Brasil, por seu turno, classifica o ser indígena, inicialmente, por ramos linguísticos: Tupis são amigos e Tapuias os inimigos. (OLIVEIRA, 2017).

O Estado também usa a construção de relatórios imprecisos e dados sobre demografia e territórios para afirmar a “extinção” indígena, no Maranhão do século XIX (DORNELLES, 2018), ação coroada com as prescrições do Censo demográfico, transformado em instrumento de mestiçagem e apagamento. No Brasil, ele oscila entre a exclusão da “raça” – branco/pardo/preto/caboclo (1872), branco/preto/caboclo/mestiço (1888) e a inclusão da cor ou raça branca/preta/amarela/parda/indígena (1991) (VARÃO et al, 2022).

2.2. Representações

O segundo grupo do nosso *corpus* é composto por 48 textos que priorizam a categoria “representação” de não indígenas sobre indígenas e, residualmente, representação de indígenas sobre si mesmos e de indígenas sobre não indígenas.

A maioria dos autores é também da área de História (60%), com presença dispersa de profissionais das Letras, Arquitetura, Educação, Geografia e Ciências Sociais. Juntos, esses profissionais dão voz a autores de livros didáticos de história, viajantes, literatos, articulistas da imprensa e gestores públicos, ou seja, comunicam diferentes estratégias de dizer o que os indígenas são (ou foram). De modo residual, veiculam representações produzidas por alunos do ensino Fundamental, de professores que criam currículo e de profissionais das áreas da Ciência Social, Engenharia, Arqueologia, Teologia e História que se empenham no estabelecimento de demarcadores identitários indígenas por motivos os mais diversos.

Os instrumentos conceituais importados das ciências sociais estão presentes, mas em número bem menos expressivo que no tópico anterior (identidades). São referidas as ideias de “alteridade”, via M. C. Cunha (GOMES; TRINIDAD, 2022), “parentesco” (WEIGERT, 2021),

“identidade”, de S. Hall (SANTOS, 2019) e “identidade predatória”, de A. Appadurai (RORDRIGUES, 2018).

Novidade, em relação aos estudos referidos (2016-2019), é o emprego das categorias “colonialidade” (MONTI; DAMASCENO, 2018), “colonialidade do saber”, “colonialidade do poder”, “colonialidade do ser”, “epistemologias do Sul” e “descolonização dos saberes”, sob a orientação de Boaventura Santos (SANTOS, 2020b), e (sem identificação autoral) de “lugar”, “papel” e “decolonial” (FERREIRA; MENEZES NETO, 2019).

Com densidade bem superior aparecem os conceitos empregados por historiadores: “documento-monumento”, de J. Le Goff (P. SANTOS, 2022), “evidência”, de F. Hartog (BIEHL, 2019), “evidência” e “testemunha ocular”, de P. Burke (SANTOS, 2019b; DÓRIA, 2019; RODRIGUES, 2017), “imaginário” (HENRIQUE, 2021; RODRIGUES, 2021), “imagem” (A. Mangel) (SANTOS, 2020a), “narrativa”, J. Malerba, “narrativa” e “representação” (REGIANI; MEDEIROS, 2021), de R. Chartier (MELO; SANTOS, 2021) e “luta de representações”, também de R. Chartier. (DAMASCENO, 2020).

Da mesma forma que no grupo sobre identidades, esse arsenal de categorias é empregado para denunciar não indígenas e defender povos indígenas, em sua maioria. Aqui, contudo, singularidades do trabalho dos historiadores (comparados aos antropólogos, por exemplo) aparecem de modo mais nítido. As etnografias são raras e abundam as análises de fontes em suporte papel, no formato livro didático, relatório de viagem, artigo da imprensa e literatura de ficção.

Em relação aos livros didáticos (de História, em maioria), predomina a “historiografia da falta” (OLIVEIRA, 2003), algo que, bem observada a literatura especializada em livros didáticos, não corresponde à realidade tal e qual se anuncia na maioria dos textos aqui analisados. Segundo os autores, indígenas são representados como seres homogêneos (SANTOS, 2020b), genéricos e situados no passado (SANTOS, 2019) e no passado colonial (PEREIRA; MIOTO; NODA, 2018), expectadores do poder (SANTOS, 2018), inocentes ou ingênuos (FERREIRA; MENEZES NETO, 2019; E. SILVA, 2022), pacíficos e sem passado (MONTI; DAMASCENO, 2018), estereotipados como selvagens (ALVES, 2021), homens guerreiros e mulheres dedicadas ao trabalho doméstico (SANTOS, 2019). Autores também anunciam contradições na obra de um mesmo escritor, como Joaquim Manuel de Macedo – elementos da nacionalidade e “selvagens e incivilizados” (VIEIRA, 2018) – e na dupla Olavo Bilac e Coelho Neto – inocentes e vingativos, incivilizados e heroicos, potenciais trabalhadores e oprimidos pelos colonizadores (H. A. P. ALMEIDA, 2018). Autores percebem, por fim, uma rara virtude de um livro didático: a

apresentação dos indígenas em sua diversidade nas várias atividades destinadas aos escolares (SOUSA, 2017).

Todos esses atributos são replicados na análise dos outros gêneros e suportes com diferenças de ênfase. Observados pelos olhos dos viajantes, autores constataam que indígenas Kaingang usaram alianças para sobreviver contra os não índios (WEIGERT, 2021). Isso significa que os viajantes testemunharam algum protagonismo indígena e forneceram indícios de que a própria experiência indígena foi insumo para a construção de identidades europeias (RODRIGUES, 2018). Viajantes também manifestaram incompreensão sobre religiosidades indígenas. A teologia protestante, por exemplo, os induzia a tipificar indígenas do Paraguai, no século XIX, como incivilizados (BIEHL, 2019) e as motivações morais e econômicas construíam representações contraditórias: indígenas selvagens e inocentes, indígenas como obstáculo e contribuintes (mão de obra) para a modernização da produção na Amazônia do século XIX. (ALMEIDA; LIMA, 2021).

Esses sofisticados jogos de espelho estão, principalmente, nas análises de pinturas e gravuras que retrataram indígenas. Autores afirmam que indígenas antropófagos são descritos (por T. De Bry) via imagens de europeus, induzindo o Ensino de História a realizar idêntica interpretação (DAMASCENO, 2020), da mesma forma que a violência típica dos homens e a bruxaria das mulheres indígenas (no mesmo T. de Bry, século XVI) espelhavam representações dos próprios europeus sobre si mesmos (SANTOS, 2020). Autores também examinam as pinturas combinadas a outras fontes para denunciar a secundarização dos indígenas em telas de Victor Meireles (RODRIGUES, 2017). Por outro lado, autores afirmam o protagonismo indígena na expansão do culto do Círio de Nazaré (HENRIQUE, 2021) e a mudança de representação dos indígenas, via gravuras dos séculos XVI e XVII: de entregadores de produtos a súditos dos conquistadores (SOUZA, 2017b).

As ambiguidades e/ou contradições estão nas falas de literatos e teólogos. Segundo nossos autores, Couto de Magalhães compreendeu indígenas como bons cultores da relação homem-meio ambiente, já no século XIX (SOUSA, 2021) e Ferdinand Denis, na sequência de Michel de Montaigne, os representava como seres próximos à natureza (não selvagens), auxiliando a positivar as representações dos românticos que, agora, se contrapunham às visões negativas geradas no período colonial (H. A. P. ALMEIDA, 2022). Indígenas são também representados como o brasileiro nativo, segundo Gonçalves Dias, em oposição à identidade (indígena/nacional) de corte lusitano (MELO; SANTOS, 2021) e portadores de elementos de nacionalidade, como a língua e a

vida ao natural, à luz da literatura de Gonçalves de Magalhães e Jose de Alencar (FERREIRA; LENZ, 2019). Teólogos como Francisco Suarez, por sua vez, defendiam a possibilidade de os indígenas se salvarem, desde que batizados (MOTA, 2020), embora os indígenas do Uruguai e do Paraguai, à mesma época, fossem considerados “embusteiros” e “mentirosos”, por causa da crença dos jesuítas no demônio (OLIVEIRA, 2020).

Nos artigos publicados na imprensa a denúncia e os posicionamentos contraditórios se repetem. Entre paulistas dos séculos XVIII e XX, indígenas são representados com “expectadores e contribuintes” (A. SANTOS, 2021). São também “decréptos” em cultura (interpretação de base iluminista), mas passíveis de futuro, no século XIX (PUGLIESI, 2017). São seres inferiores (iluminista), embora servíveis como trabalhadores braçais, no Espírito Santo (SILVA, 2020). São, por fim, passíveis de progresso (A. Comte), representantes do “perigo vermelho” (RODRIGUES, 2021) e, pragmaticamente, no século XX, defensores da natureza (“selvagens ecológicos”) – em uma típica visão estatal que contrastava a realidade das suas identidades (REGIANI; MEDEIROS, 2021).

Como afirmamos acima, as representações dicotômicas se irradiam por todos os gêneros e suportes, mesmo entre os textos que apresentam baixa ocorrência como o exame da política pública para indígenas promovida pelos governos provinciais no sul e no norte do Brasil (HENRIQUE, 2017; LIMA, 2018; SOUZA; SILVA, 2021; LIMA, 2020), no governos militares (GOMES; TRINIDAD, 2022), da historiografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX (VIEIRA, 2019), entre escolares do século XXI e na mídia digital produzida por organizações indígenas e pela Fundação Nacional do Índio.

Merecem destaque, por fim, as iniciativas de representação construídas pelos indígenas sobre se próprios. Ainda que raras, primam pela ênfase no protagonismo, na denúncia das ações não indígenas. Nestes textos fundados em memória indígena, Pandéerées reafirmam o caráter trágico dos contatos com não indígenas (BEATRIZ CINTA LARGA; CUSTÓDIO, 2018) e Xavantes manifestam visão ambígua sobre não indígenas, simultaneamente, traiçoeiros e violentos e fascinantes pelo poder de destruição (MATTOS, 2021). A representação de indígenas por si próprios está em sites, como a “Mídia Índia” e o “Amarelão”. Nesses ambientes, os indígenas genéricos, estereotipados e passivos, do site da FUNAI, são substituídos por indígenas denunciadores do genocídio/colonialismo, construtores da memória local e do culto à Jurema, por exemplo (SANTOS, 2020a). A representação produzida por indígenas está também no meio

universitário, quando alunos indígenas caracterizam a si próprios como coletivistas, contrapondo-se ao individualismo dos não indígenas (SHANENAWA, 2021).

3. MEIOS EPISTÊMICOS

Concluído o inventário de teses (nas quais estão implícitos os problemas e as finalidades das pesquisas), resta assentar uma nota crítica sobre os meios empregados para fazê-lo. Iniciemos com a arquitetura dos textos. É expressivo o mau uso do espaço da narrativa. Não é incomum que os autores reservem $\frac{3}{4}$ ou $\frac{4}{5}$ dos seus artigos para comunicar generalidades, contextualizações e, até mesmo, temas estranhos ao objeto de estudo.

É frequente a quebra de expectativas por parte do leitor, que não vê cumpridos os objetivos anunciados no resumo e/ou na introdução do texto, que afirma, por exemplo o foco na “homogeneidade indígena” ou no “ser indígena” e nada apresenta a respeito no curso ou no final do trabalho (OLIVEIRA, 2017; ASSUMPÇÃO; PEREIRA, 2019; MATTOS, 2018; SANTOS, 2020b).

É também comum que os autores soneguem definições das categorias direta ou indiretamente anunciadas como centrais, a exemplo de “ressurgimento” (MESCAL, 2019), “identidade” (DOS SANTOS JÚNIOR, 2017; ANTUNES, 2021), “etnogênese” (ALMEIDA, 2021), induzindo o leitor a erro (suposta unicidade de significado da categoria, suposta originalidade do autor citado como autoridade – na verdade, um comentador). Esse defeito está em $\frac{3}{4}$ dos textos que discutem representações.

Mais grave, ainda, é o anúncio e a definição de categorias referentes a novas abordagens sobre identidades e representações que não são efetivamente utilizadas no curso do texto. É o que acontece, por exemplo, com “epistemologias do Sul”, “descolonização dos Saberes” (SANTOS, 2020), “colonialidade do saber”, “colonialidade do poder” e “colonialidade do ser” (E. SILVA, 2022).

Em termos substantivos, chama a atenção a distribuição relativamente equilibrada do interesse dos pesquisadores por grande parte do território brasileiro (como já notado na introdução). Destaca-se positivamente o interesse dos autores pelo protagonismo, depondo sobre a elevação dos indígenas ao status de sujeitos histórico. Por outro lado, preocupa a presença do anacronismo e do etnocentrismo. Avaliar as imagens de homens e mulheres no material escolar, partindo dos valores progressistas não indígenas (SANTOS, 2019) é um exemplo que não deve ser seguido pelos novíços.

Chama a atenção, por outro lado, a forte presença da ambiguidade e da contradição detectada nos discursos dos prescritores de identidades e representações de indígenas, em diferentes espaços e tempos da experiência brasileira. De modo geral, o que preocupa é o caráter maniqueísta presente na maioria das análises sobre livros didáticos, onde a invisibilidade ou a deliberada negatividade da sua imagem é ressaltada, expressando muito de incompreensão sobre a natureza (fins, relação com a historiografia acadêmica etc.) dos livros didáticos manufaturados nos últimos 20 anos (BARBOZA, 2020).

Desse mal já não sofrem tanto as análises de imagem, onde percebemos o emprego de estratégias metodológicas que possibilitam o reconhecimento de indígenas como constituidores de identidades de colonos e de europeus. Além das virtudes encontradas nas análises pictóricas, percebemos iniciativas bem-sucedidas de interpretação das identidades indígenas como fluidas e compósitas, entre indígenas e entre indígenas e não indígenas, traduzidas em categorias como “fronteira” e “hibridismo”.

No geral, contudo, ainda em termos de uso dos conceitos, permanece um traço ruim para os estudos sobre identidades e representações, efetuados, predominantemente, por formados em história: a dificuldade de distinguir categoria fundamental e categoria acessória. Se o estudo é sobre representações de indígenas, obviamente, “representações” e “indígenas” são centrais, pois constroem linguisticamente o objeto da pesquisa (ou da escrita que comunica os resultados da pesquisa). Ocorre que muitos autores destacam categorias secundárias, talvez por hábito de requisitar a autoridade do domínio histórico para as proposições que anuncia (quando a autoridade deveria resultar, predominantemente, das qualidades epistêmicas manifestas no próprio trabalho). É isso que percebemos em textos que ressaltam, por exemplo, as categorias “testemunho”, “documento-monumento” e “livro didático” em trabalhos focados na identidade, identidade étnica e na representação.

CONCLUSÕES

Nesta revisão da literatura sobre identidades e representações que envolvem indígenas como sofrendores e sujeitos da ação, considerando os 62 textos selecionados em 213 revistas acadêmicas brasileiras de História, no período 2017-2022, a literatura sobre a experiência indígena continua a crescer em quantidade, comparada à produção de trabalhos publicados nos simpósios

nacionais da ANPUH, por exemplo, referentes ao período 2016-2019. A capilaridade para formados nas Ciências Sociais é mínima, sendo o maior espaço dos periódicos, obviamente, ocupado por formados em História e vazados no gênero artigo de livre demanda.

A atitude de dizer o que são os indígenas, veiculada pelos trabalhos de historiadores e cientistas sociais, em geral, está também distribuída, predominantemente, entre os sujeitos: Estado, articulistas de periódicos, autores de literatura de viagem, autores de literatura didática e autores de literatura de ficção. Artistas plásticos e os próprios indígenas são designadores raros. Os historiadores pouco figuram e, nas raras situações em que isso ocorre, falam por meio de categorias das Ciências Sociais e dos Estudos Culturais ou de modelos de Ciência (positivismo/evolucionismo/culturalismo/fronteira) ou de Filosofia Especulativa da história (o progresso de Kant e Comte e o desenvolvimento dialético de Hegel). Mesmo quando tratam de modelo caro à sua formação, historiadores não exploram os seus criadores, replicando expressões supostamente inteligíveis por se mesmas (iluminismo, positivismo etc.).

As questões sobre as quais se debruçam os autores coincidem com as orientações disseminadas pelos cultores e precursores de uma nova história indígena, como John Monteiro e Manuela Carneiro Cunha e, de modo residual, de estudos sobre a decolonialidade aplicada aos trabalhos históricos (embora, nesta amostra, o “perspectivismo ameríndio” não aparecido). Os articulistas manifestam os compromissos político-ideológicos de dar visibilidade a experiência dos indígenas, de defender os direitos prescritos na legislação colonial e nacional, traduzindo tais ações como a demonstração do protagonismo indígena e o respeito às diferentes formas de manifestar suas identidades étnicas.

O resultado, contudo, em determinados temas, como as representações de indígenas para a escolarização de não indígenas, não incorpora substancialmente o que promete, em termos de interdisciplinaridade, relativização do maniqueísmo e da vitimização. De modo geral, autores que discutem experiências indígenas cometem vícios epistêmicos primários (argumentação ilógica, definições confusas ou inexistentes, prolixidade, revisão e citação da literatura com baixa representatividade) que, infelizmente, estão se tornando hábito legítimo na formação em História. Como os erros mais crassos foram aqui apontados acima, esperamos que este texto possa contribuir para que os iniciantes na pesquisa sobre identidades e representações indígenas os evitem ao máximo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA AZEVEDO PAULO DE, H. A mitologia de uma “identidade indígena” única e a sua transmutação em “caboclo”: uma perspectiva em longa duração. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 575-597, 1 jun. 2022. Disponível em < <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1034> >
- ALMEIDA, M. A.; NERE DE LIMA, R. POVOS INDÍGENAS E RELATOS DE VIAGENS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL NO SÉCULO XIX. **Jamaxi**, [Rio Branco], v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5831>. Acesso em: 19 out. 2022.
- ALMEIDA, M. C.; SOUSA NETO, M. R. DE. "Somos o que somos, inclassificáveis! **Albuquerque: revista de história**. Aquidauana, v. 11, n. 22, p. 233-251, 10 maio 2020. Disponível em < <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3555> >
- ALMEIDA, Maria Celestino de. Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa. **História**. São Paulo, v.40, 2021. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/his/a/hG4cWdFNyyZ4p6JZWbM8L3j/?lang=pt> >
- ALMEIDA, Paulo de. Indígenas em “A pátria brasileira”: possibilidades de narrativa na construção de uma memória coletiva na Primeira República brasileira. **Escrita da História**, n. 10, p. 283–314, 2018. Disponível em: <https://www.escriadahistoria.com/index.php/reh/article/view/157>. Acesso em: 19 out. 2022.
- ALVES, M. Livros didáticos e desafios para a história indígena. **Revista de História da UEG**. Morrinhos, v.10, n. 02, 2021. Recuperado de <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/11388>
- ANTUNES, T. de O. A transformação dos índios aldeados em índios vilados: o Diretório dos Índios no Ceará, circulação e reelaboração identitária. **Saeculum – Revista de História**, Recife, v. 26, n. 44, p. 441–454, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.57773. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/57773>. Acesso em: 3 out. 2022.
- BERTAPELI, Vlademir. A miscigenação como negação do outro: os “Índios Aldeados” e o fim dos aldeamentos paulistas. **História da Arte e da Cultura**. Campinas, v.6, n.1, 2017. Disponível em < <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1855> >
- BICALHO, P. S. dos S. O reconhecimento indígena em perspectiva: Os Akwê Xerente e os não indígenas de Tocantínia-TO. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, v. 10, n. 1, p. 220–237,

2017. DOI: 10.22228/rt-f.v1i10.440. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/440>. Acesso em: 3 out. 2022.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Relatório de estágio de pós-doutorado**. História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas. Maringá: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2019.
- CINTA LARGA, Beatriz; CUSTÓDIO, Regiane Cristina. O primeiro contato do povo Pandéeréé do município de Aripuanã: uma perspectiva indígena. **História e Diversidade**, Cáceres, v. 10, n. 1, p. 41–57, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/3228>. Acesso em: 17 out. 2022.
- CLÍMACO MATTOS, S. Narrativas xavantes sobre o contato interétnico. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1–22, 2021. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1693>. Acesso em: 17 out. 2022.
- COSTA, J. M. de Q. Leil 11.645/2008: Música indígena como ferramenta decolonial e educativa para o Ensino de História. **Revista Outras Fronteiras**. Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 240–255, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/402>. Acesso em: 7 out. 2022.
- DAMASCENO, C. J. Imagens sobre Antropofagia na América. **Faces da História**. Assis, v. 7, n. 1, p. 338-358, 27 jun. 2020.
- DANTAS, B. G. Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 47, 5 jul. 2017.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. Protagonismo indígena e ensino de História: identidades, ação política e território. **Revista Historiar**. Sobral, v. 9, n. 17, jul. / dez., 2017. Disponível em < <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/287/223> >
- DAVID, L. B. “Onde começa o índio e onde termina?”: Categorias Legais-Criminais no Peru, Anos 1920-1940, e dois Casos Bolivianos dos Anos 1940. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 21-36, 23 mar. 2017. Disponível em < <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24278> >

DOMINGUES, M. P. B. Narrativas indígenas na web:: o que isso pode nos dizer sobre identidades, cultura e protagonismo indígena. **História, histórias**. Brasília, v. 5, n. 9, p. 234–250, 2017. DOI: 10.26512/hh.v5i9.10991. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10991>. Acesso em: 3 out. 2022.

DÓRIA, C. A. Deculturar os índios para torná-los Índio: arqueologia e arqueobotânica como expedientes disciplinares para restaurar os índios plurais na formação cultural brasileira. **Revista Ingesta**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 77-78, 2019. DOI: 10.11606/issn.2596-3147.v1i2p77-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/164559>. Acesso em: 19 out. 2022.

DORNELLES, S. S. A produção da invisibilidade indígena: sobre construção de dados demográficos, apropriação de terras e o apagamento de identidades indígenas na segunda metade do XIX a partir da experiência paulista. **Revista Brasileira de História de Ciências Sociais**. Rio Grande, v. 10, n. 20, p. 62–80, 2018. DOI: 10.14295/rbhcs.v10i20.489. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10791>. Acesso em: 3 out. 2022.

DOS SANTOS JUNIOR, C. F. Os índios de Assunção e Santa Maria: identidade e territorialização dos índios nas antigas vilas do Diretório Pombalino no Rio São Francisco, Província de Pernambuco, no século XIX. **Revista Historiar**. Sobral, v. 9, n. 17, p. 125-142, 27 jan. 2018.

GOMES, P. C.; TRINIDAD, C. Benitez. A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 14, n. 35, p. e0106, 2022. DOI: 10.5965/2175180314352022e0106. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314352022e0106>. Acesso em: 19 out. 2022.

GUEIRS, Lucas Emanuel Soares; PEIXOTO, José Adelson Lopes Peixoto. Entre a cruz e o tabape: a ação da Igreja no cotidiano indígena dos Xucuru-Kariri. **Sobre Ontens**. Paranaíba-Rio de Janeiro, v.1, 2017. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/1yONmdGKE-ZHvgO9cTRr9C3QusY9ndGQ/view> >

HENRIQUE, M. C. Apoteose de Nossa Senhora: o lugar do índio no frontão do santuário de Nazaré. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1669>. Acesso em: 19 out. 2022.

KONDO, R. Hass; TORQUATO, C. Porto. Práticas insurgentes e desobediência epistêmica: currículo próprio, que vem do chão. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1–21, 2021. Disponível

em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1702>. Acesso em: 7 out. 2022.

LAROQUE, L. F. DA S.; BASTOS NETO, E. P. “Eles dizem que nós não somos mais índios”. **Faces da História**. Asis, v. 7, n. 1, p. 116-140, 27 jun. 2020. Disponível em <
<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1612>>

LEITE, I. A abordagem da temática indígena e da História da África nos livros didáticos: uma experiência na formação docente. *Escritas do Tempo*. [Marabá], v. 2, n. 5, p. 157-174, 30 out. 2020.

LIMA, S. Do imaginário coletivo em torno dos indígenas na região de Rio Negro-PR. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 31, p. 104-123, 22 out. 2018.

MACENA, E.; LANDA, B. O ensino da temática indígena nas escolas da rede pública de Ponta Porã/MS. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 34, p. 100-114, 18 dez. 2019.

MATOS, I. M. de. Povos dos Altos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus: paisagens de “perigos” e “pobreza”, transformações e processos identitários. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Rio Grande, v. 10, n. 20, p. 107–135, 2018. DOI: 10.14295/rbhcs.v10i20.495. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10796>. Acesso em: 3 out. 2022.

MELO, E. O.; SANTOS, R. L. DOS. O Indígena pelo olhar de Gonçalves Dias: uma representação multifacetada nas obras "Primeiros Cantos" e "Segundos Cantos. **Cadernos de História**, v. 22, n. 36, p. 146-161, 30 jun. 2021.

MENDONÇA, V. Alves de. História e Grafismos: estudos sobre a pintura corporal entre os indígenas Jiripankó. **Revista Espacialidades**, Natal, v. 15, n. 02, p. 188–207, 2020. DOI: 10.21680/1984-817X.2019v15n02ID19547. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19547>. Acesso em: 3 out. 2022.

MENESCAL, Ana Alice. A historiografia tradicional e suas consequências para a construção da identidade indígena: o caso do Ceará e do Instituto do Ceará. **Bilros**, Fortaleza, v.7, n.15, 2019. Disponniél em <
<http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=3776>>

MOREIRA, Rafael. Entre ser português e índio “barbado”: da cidade de Nazaré (s. Luís do Maranhão, 1536) à colonização do vale do Itapicuru no século XVII. **História**. São Paulo, v.40, 2021. Disponível em <
<https://www.scielo.br/j/his/a/BdhxxDqgBn4D5T8MHsNJrkC/abstract/?lang=pt>>

MOTA, B. O além dos que estão além-mar: o problema da salvação dos índios em Francisco Suárez. *Escritas do Tempo*, v. 1, n. 3, p. 34-54, 29 fev. 2020.

NOBRE, F. N. A Lei 11.645/2008 e o lugar destinado aos indígenas em livros didáticos de História. *Revista Historiar*. Sobral, v. 9, n. 17, p. 29-48, 27 jan. 2018.

NOGUEIRA, Viviane Braz; ZOLIN-VESZ, Fernando. A trajetória de lutas indígenas em universidades na Amazônia: um olhar sobre as identidades de universitários indígenas em reportagens de jornais online. **Revista Outras Fronteiras**. Cuiabá, v.8, n.2, 2021. Disponível em <

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/483>>

O SILVA, R. Mito e o Ensino de História e Cultura Indígena em perspectiva decolonial. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 31, p. 26-48, 22 out. 2018. Disponível em <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10560>

OLIVEIRA, Jessica Caroline de. Etnohistória e classificações indígenas: algumas reflexões teóricas. **Sobre Ontens**. Paranaíba-Rio de Janeiro, v.1, 2017. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/1ndIwfMwPZHb6VRJLLPBzrYt0ALZmHcko/view>>

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado** (Uma discussão necessária à formação do profissional de História). Recife, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

PAES, Luciane Rocha; SANTOS, Rita Floramar Fernandes dos; RICARDO, Helenice Aparecida; VIEIRA, Alva Rosa Lana. Em busca de outras coordenadas epistêmicas: breve enunciação entre decolonialidade e a formação universitária de professores indígenas no Amazonas. **Intellèctus**. Rio de Janeiro, n.1, 2022. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/66097/43028>

PEREIRA, P.; DA ASSUMPTÃO, J. A invisibilização dos indígenas e dos negros nas histórias das fortalezas catarinenses e o Ensino de História. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 34, p. 134-157, 18 dez. 2019. Disponível em < <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11034>>

REGIANI, Álvaro Ribeiro; MEDEIROS, K. Gusmão. “Juruna quer vender uma pele de onça”: discursos sobre a sustentabilidade e a representação do indígena como naturalmente ecologista na Rio-92. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1–25, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1661>. Acesso em: 19 out. 2022.

REGO, A. DE A. História dos índios da Bahia no Período Imperial: impactos e experiência histórica. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**. São Cristóvão, v. 11, n. 21, p. 19 - 35, 5 mar. 2018.

RODRIGUES, C. R. “Os senhores da floresta”: Impressões sobre os indígenas na imprensa de Blumenau/SC. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. e34159, 26 abr. 2021.

RODRIGUES, G. Pinto; LINO, J. Teixeira. Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense: análise das publicações do jornal “Diário do Iguaçu” (2001-2017). **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1636>. Acesso em: 19 out. 2022.

RODRIGUES, K. “A Primeira Missa no Brasil” e “Batalha dos Guararapes”: representação sobre os povos indígenas em pinturas de Victor Meirelles. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**. São Cristóvão, v. 11, n. 21, p. 90 - 114, 5 mar. 2018.

SANTOS, Amália Cristovão dos. Abaixo, ao lado, no passado: a representação de indígenas pelas elites paulistas, dos séculos XVIII ao XX. **Revista de História**. São Paulo, n.180, 2021.

SANTOS, Cantuária Jakubowski dos. Representações de antropofagia indígena em Theodor de Bry e Albert Eckhout no século XVI e XVII. **Faces da História**. Assis, v. 7, n. 1, p. 359-380, 27 jun. 2020.

SANTOS, Letícia Bezerra Santos. Histórias narradas em mídias: disputas de representação do passado indígena em ambientes digitais. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v.12, n.34, set./dez. 2020b.

SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. A identidade indígena brasileira por meio das imagens do livro didático de história. **História & Ensino**. Londrina, v.25, n.2, 2019. Disponível em < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/34761> >

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Leolinda Daltro: sua dupla viagem ao encontro dos povos indígenas no Brasil central (1896-1900). **Topoi**. Rio de Janeiro, v.23, n.49, p.217-239, jan./abr., 2021.

SANTOS, R. Da construção do estereótipo de selvagem à representação do indígena brasileiro no livro didático de História. **Escritas do Tempo**. v. 2, n. 6, p. 58-73, 18 dez. 2020a.

SELIS, L. M. R.; MASO, T. F. Perspectiva decolonial e política da pluriversalidade: pensamento político moderno e experiências indígenas na América Latina. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, v. 9, n. 17, p. 394–418, 2020. DOI:

- 10.30612/rmufgd.v9i17.12880. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/12880>. Acesso em: 7 out. 2022.
- SENA, Jamile Santos de. Da Tabatinga ao tecido: a identidade étnica da máscara Zambiapuga (Nilo Peçanha/BA). **Sobre Ontens**. Paranavaí-Rio de Janeiro, v.1, 2017. Disponível em <
<https://drive.google.com/file/d/1yONmdGKE-ZHvgO9cTRr9C3QusY9ndGQ/view>>
- SHANENAWA, E. C. Gomes Barbosa. Discurso e representação dos povos indígenas: necessidade para uma construção dialógica: 2. A oralidade na contramão do normativo. **Jamaxi**, [Rio Branco], v. 4, n. 2, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5587>. Acesso em: 19 out. 2022.
- SILVA, A. F. da. Desobedecer e de(s)colonizar: Reflexões de transgressão epistêmica para valorização dos povos indígenas e negros. **Das Amazônias**. Rio Branco, v. 4, n. 2, p. 129–135, 2021. DOI: 10.29327/268903.4.2-14. Disponível em:
<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/5433>. Acesso em: 7 out. 2022.
- SILVA, E. As nações indígenas na coleção de livros didáticos: História, sociedade & cidadania. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 16, n. 31, p. 22–42, 2022. DOI: 10.30612/rehr.v16i31.14751. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/14751>. Acesso em: 19 out. 2022.
- SOUSA, Octávio Bittencourt de. Os verdadeiros brasileiros, os verdadeiros paulistas:: indígenas e meio ambiente em Couto de Magalhães (1897). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**. Guarulhos, v. 5, n. 9, p. 323–338, 2021. DOI: 10.34024/hydra.2021.v5.11300. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11300>. Acesso em: 19 out. 2022.
- SOUZA, L. S. de; FERREIRA E SILVA, V. História e Autoritarismo: Uma Análise dos Mecanismos de Censura e dos Conteúdos Didáticos sobre os Indígenas durante o Regime Militar. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, v. 15, n. 30, p. 15–26, 2021. DOI: 10.30612/rehr.v15i30.11512. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/11512>. Acesso em: 18 out. 2022.
- VARÃO, Lorena; FERRO, Sérgio. O ser e o não ser indígena no Brasil oitocentista: uma breve genealogia das categorias elaboradas pelo Estado nacional. **Outros Tempos**. São Luís, v.19, n.34,

2022. Disponível em <
https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/993/950>
VICTOR VIEIRA, M. Os Escritos de Raymundo José da Cunha Mattos e a Temática Indígena no
IHGB. **Revista História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 314-331, 11 maio
2019.

Recebido em: 05 de abril de 2025

Aprovado em: 03 de outubro de 2025